
ARTIGO ORIGINAL

**Educação física e inclusão:
nos bastidores da escola**
**Physical education and inclusion:
behind the scenes of school**

Fabiana Gomes do Nascimento*, Lívia Tenório Brasileiro, D.Sc.**

**Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba, **Prof.^a da Universidade Estadual da Paraíba*

Resumo

Objetivo: Analisar como acontece a participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em três escolas situadas na cidade de Campina Grande/PB, sendo uma pública municipal, uma pública estadual e uma da rede particular. *Material e métodos:* A pesquisa de caráter qualitativo teve como instrumento seis questionários aplicados entre gestores, professores de Educação Física, alunos com deficiência, alunos não deficientes, pais de alunos com deficiência, pais de alunos não deficientes. *Resultados e discussão:* Os dados indicaram que apenas uma das três escolas possui estrutura física que atenda às necessidades dos alunos com deficiência; dos três gestores, apenas um possui graduação na área de educação e conhecimento específico de como trabalhar com alunos deficientes em sala de aula. Todos os professores possuem graduação e especialização, todos adquiriram conhecimento sobre o trato com alunos com deficiência na graduação. Os 3 pais de alunos com deficiência afirmaram que não fazem nenhuma restrição aos seus filhos com relação às aulas de Educação Física. Quanto aos 14 pais de alunos não deficientes, apenas 1 discordou da presença de alunos com algum tipo de deficiência nas escolas regulares. Os dados indicaram que todos os alunos com

deficiência estão inseridos nas aulas de Educação Física. *Conclusão:* Ao término da pesquisa, entendemos que se torna extremamente necessário uma consolidação de uma educação inclusiva condizente com o que é disseminado na sociedade através dos meios de comunicação e das leis, para que assim possamos ter realmente uma educação inclusiva propriamente dita com uma escola que valorize professor e aluno.

Palavras-chave: Educação Física, pessoas com deficiência, inclusão.

Abstract

Objective: To analyze the participation of students with disabilities in physical education classes in three schools located in the city of Campina Grande/PB, a municipal school, a state public school and a private school. *Methods:* This qualitative study used as instrument six questionnaires applied among managers, physical education teachers, students with disabilities, students without disabilities, parents of students with disabilities, parents of nondisabled students. *Results and discussion:* The results showed that only one of the three schools has physical structure that meets the needs of students with disabilities; one out of three managers

Recebido em 16 de fevereiro de 2013; aceito em 05 de agosto de 2013.

Endereço de correspondência: Lívia Tenório Brasileiro, Rua Setubal, 1256/101, Boa Viagem, 51030-010 Recife PE, Tel: (81) 3314 1415, E-mail: livtb@hotmail.com

has graduation in Education and specific knowledge to work with disabled students in the classroom. All teachers have graduate and specialization, all acquired knowledge about dealing with disabled students at graduation. The three parents of students with disabilities reported that they did not make restriction to their children about Physical Education classes. As for the 14 parents of nondisabled students only 1 disagreed with students with some kind of disabilities to go regular schools. The data indicated that all students with

disabilities are included in physical education classes. *Conclusion:* At the end of the study, we observed that investing in inclusive education is crucial for consolidation of an inclusive education, which is consonant with what is disseminated in society through the media and the laws. Consequently, we may have an inclusive education in school that enhances teacher and student.

Key-words: Physical Education, disabled persons, inclusion.

Introdução

Nos dias atuais é muito comum ouvir através dos meios de comunicação a respeito de inclusão social, educação inclusiva, acessibilidade e slogans que tentam conscientizar a população de que as pessoas com deficiência podem e devem ser inseridos nas escolas e na sociedade.

É assegurado por meio de leis, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [1] e a Lei da Salamanca [2] – resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação para pessoas com deficiência –, que alunos portadores de deficiência devem ser inseridos no cotidiano escolar para que os mesmos tenham a oportunidade de vivenciar experiências nos diversos aspectos de cada componente curricular. Sendo assim, não podemos excluir o componente curricular de Educação Física, que como o próprio nome sugere, trabalha com o conhecimento do corpo (físico) e sua funcionalidade, como afirma Betti [3].

Também não podemos deixar de acrescentar as condições de trabalho para lidar com tal situação e levantar questões como a formação do profissional de Educação Física, a estrutura física das escolas, o investimento por parte do governo em cursos de capacitação.

O objetivo deste estudo foi analisar como acontece a participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em três escolas situadas na cidade de Campina Grande – PB, sendo uma pública municipal, uma pública estadual e uma da rede particular.

Material e métodos

O estudo é de caráter qualitativo. Foi realizado em três escolas situadas na cidade de Campina Grande/PB, sendo uma pública municipal, uma pública estadual e uma da rede particular. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados seis questionários aplicados entre gestores, professores de Educação Física, alunos com deficiência, alunos não deficientes, pais de alunos com deficiência, pais de alunos não deficientes.

Durante o desenvolvimento do estudo aplicamos 6 questionários que foram distribuídos em seis grupos: gestores (3), professores de Educação Física (3), alunos com deficiência (3), pais dos alunos com deficiência (3), alunos não deficientes (15) e pais dos alunos não deficientes (15). Dos 42 questionários, 02 foram descartados, sendo um de aluno não deficiente e outro de seu respectivo responsável, pois os mesmos não entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinados, somando 40 questionários documentados na pesquisa.

Resultados e discussão

Historicamente as Pessoas com Deficiência (PCD) tiveram seu percurso marcado pela segregação e exclusão influenciadas por vários argumentos que mudavam de acordo com o momento histórico vivido. Um exemplo disso foi a Grécia clássica onde o corpo são e a mente são eram formas de demonstrar que o indivíduo era bem-aventurado, belo, feliz, sendo assim tal povo tinha como prática o infanticídio.

Entre os hebreus, por exemplo, a deficiência era encarada como castigo por pecados contra a divindade. Podemos constatar tal fato na passagem do Evangelho de João (Cap. 9, v. 1º): “Ao passar, Jesus viu um cego de nascença. Seus discípulos lhe perguntaram: – Mestre quem foi que pecou, este homem ou seus pais, para que ele nascesse cego?”

A Idade Média foi marcada por uma mudança na organização político-administrativo no âmbito religioso com o fortalecimento da igreja católica, porém no que diz respeito à pessoa com deficiência (PCD), esta foi conceituada como criatura de Deus como forma de misericórdia, era abandonada a própria sorte e a bondade das pessoas que educadas pela igreja católica, praticavam a boa ação como forma de alcançar o reino dos céus [4].

A partir do século XVI a deficiência começou a ser encarada como fator orgânico, iniciando uma espécie de busca pelo tratamento para os mesmos por meio da medicina, alquimia, magia e astrologia [4].

Somente a partir do século XX, especificamente na década de 20, surgem instituições de caráter privado e de assistência social direcionadas ao que foi chamado, durante muito tempo, de Educação Especial.

Nos anos 80 e 90 aconteceram diversos eventos no mundo com o objetivo de defender, definir e estabelecer o processo de inclusão das PCD nas escolas e na sociedade. A Constituição de 1988 veio garantir às PCD o direito de frequentar regularmente estabelecimentos de ensino especializado [5].

Ao iniciar tal discussão, faz-se necessário esclarecer que o objetivo central não está baseado em uma visão maquiadora e sensibilizadora sobre o assunto em debate, com frases e slogans do tipo “Ser diferente é normal”, mas abordar com uma visão crítica da forma que a sociedade encarava e encara indivíduos que são estigmatizados, visando descrevê-los apenas biologicamente, esquecendo da individualidade de um ser humano que partilha de uma sociedade que manifesta a igualdade plena entre os homens com direitos e também deveres.

A contemporaneidade está repleta de discursos e percepções acerca do portador de deficiência presentes em várias vertentes como, por exemplo,

no cinema, podemos perceber que há alguns anos a sétima arte vem mudando tal discurso e de forma sutil tenta mostrar o belo, o ousado e a superação em suas produções.

Uma das produções da Walt Disney que se tornou um clássico foi “O corcunda de Notre Dame”, o filme que se passa na Idade Média conta a história de Quasimodo, um bebê cigano acometido de sífilis congênita tardia. Tal personagem acaba se tornando herói por salvar uma cigana da morte em praça pública.

No universo infantil temos “Procurando Nemo”. O simpático peixinho, personagem central, possui uma deficiência física em uma de suas nadadeiras, que carinhosamente é chamada por seu pai de “a nadadeira da sorte” como uma tentativa de amenizar a aparência corporal do filho diante dos demais peixes. O filme é repleto de personagens com alguma deficiência, a exemplo de Dory que sofre de perda de memória recente e também possui características de TDAH, temos também a presença do peixe Gil que após sofrer um acidente tem uma de suas nadadeiras mutiladas, um camarão que possui mania de limpeza TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo).

Temos também um herói dos quadrinhos que mais tarde se torna uma obra cinematográfica, “O Demolidor”. Tal obra retrata o protagonista como deficiente visual com fortes habilidades marciais. Também não podemos deixar de mencionar o grupo de super-heróis “X-MEN”, denominadas de mutantes pela sociedade eles são obrigados a estudarem em uma escola específica sob a direção do professor cadeirante, Charles Xavier.

Como é bem sabido por nós, os maiores ambientes sociais nos quais a criança e o adolescente estão inclusos são a família e a escola. Deste modo, torna-se completamente aceitável dizer que estes dois ambientes distintos são responsáveis pela criação dos vínculos afetivos e dos valores morais e éticos do indivíduo.

O Brasil no século XIX inicia a organização de serviços destinados a deficientes onde D. Pedro II fundou em 12 de setembro de 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos [6]. Mais tarde, a Constituição de 1988 o atendimento de alunos com deficiência na rede regular de ensino. A Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, prevê obrigatoriedade e gratuidade para a Educação Especial

em escolas públicas. Em 1994 é assinada a Declaração de Salamanca, reafirmando o compromisso da Educação Especial [2].

Com respeito ao componente curricular Educação Física, a formação do professor de Educação Física só desenvolve atividades relacionadas à PCD em 1987 [7,8].

É interessante percebermos que mesmo nos dias atuais a formação pedagógica nos cursos de Educação Física, e em outros processos de formação, tais como congressos e cursos de pós-graduação, deixa a desejar quanto à presença de conteúdos que expliquem e preparem o professor para lidar com possíveis alunos com deficiência. Tal fato acaba, por assim dizer, efetuando uma falha no aperfeiçoamento deste conhecimento.

Também não poderíamos deixar de ressaltar que a Educação Física é o único componente curricular com legislação específica que dispensa alunos das aulas devido a dificuldades biológicas, tais como: paralisia dos membros inferiores, epilepsia, patologias cardíacas, dentre outras dificuldades, que de certa forma dificulta a efetivação de uma Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física e priva o aluno de uma vivência corporal ímpar, como afirma o Coletivo de Autores [8].

Faz-se necessário aqui afirmar, que muitas vezes estamos discriminando o que o aluno não consegue fazer e esquecemos o que ele consegue realizar. É de suma importância que haja um despertar para com o aluno por parte do professor enquanto incentivador e promotor do saber, para que aconteça uma vivência do que o corpo do aluno com deficiência está proposto a fazer, como ressalta Vygotski [9].

Durante o desenvolvimento de nosso estudo, foram aplicados 6 questionários que foram distribuídos em seis grupos: gestores (3), professores de Educação Física (3), alunos com deficiência (3), pais dos alunos com deficiência (3), alunos não deficientes - (15) e pais dos alunos não deficientes (15).

Para a escrita dos resultados e discussões estabelecemos algumas siglas, são elas:

- Gestor da Escola Pública Municipal - GEM
- Gestor da Escola Pública Estadual - GEE
- Gestor da Escola Particular - GEP
- Professor da Escola Pública Municipal PEM
- Professor da Escola Pública Estadual - PEE

- Professor da Escola Particular - PEP
- Aluno Com Deficiência - ACD
- Aluno Não Deficiente - AND
- Pai de Aluno Com Deficiência - PACD
- Pai de aluno Não Deficiente - PAND

Dos três gestores pesquisados apenas o GEM tem formação na área de educação e possui cursos referentes à inclusão, das três escolas apenas a particular está adaptada em sua estrutura física.

No que diz respeito ao planejamento tratar sobre o tema inclusão, os gestores afirmaram ter momentos individuais com o professor que tenha um ACD em sala de aula, ou em encontros com as secretarias de educação do estado e município e no caso da EP acontece um encaminhamento do professor que tenha um ACD para instituições que oferecem cursos sobre inclusão. Das três escolas apenas a EE não possui equipe multidisciplinar. No que se refere à presença de tópicos que tratam da inclusão no PPP apenas a EE tem uma proposta fornecida pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado) que ficará em anexo no PPP.

Sobre a ausência da equipe multidisciplinar Sant'Ana [10:231] ressalta que "A ausência de uma equipe formada por especialistas de diferentes áreas que atuem em conjunto com os docentes e diretores parece ser um obstáculo importante para a realização de ações e projetos comprometidos com os princípios inclusivos."

Durante a análise dos gestores foi interessante perceber que nenhum cita momentos em que o corpo docente está junto para que possam debater sobre a inclusão de alunos ACD na escola como um todo. A respeito dessa necessidade, Freire [11:29] nos diz "Fomos treinados para pensar e agir o individual, quando, na verdade, os problemas mais graves do mundo atual requerem pensamentos e ações dirigidos para o coletivo."

Os três professores envolvidos na pesquisa, todos são do sexo masculino, o PEM tem 41 anos e exerce a profissão há 17 anos, o PEE tem 37 anos, exerce a profissão há 16 anos e o PEP tem 27 e exerce a profissão há 7 anos. Todos se formaram em universidades públicas, dois tem especialização na área de educação. Os três obtiveram conhecimento de Educação Física Adaptada na formação acadêmica e apenas o mais jovem diz ser suficiente.

Quanto à metodologia aplicada nas aulas, o PEM diz que o ACD nunca acompanhará o nível dos demais alunos, mas o mesmo tem direito a participar das aulas. O PREE diz utilizar recursos materiais como símbolos de comunicação entre ele e o aluno, visto que o aluno é deficiente auditivo e ambos não possuem conhecimento de Libras, o PEP diz que não planeja atividades diferenciadas para o ACD.

Dos três PACD, todos acham importante a convivência de seus filhos com AND, um dos pais relata medo de seu filho sofrer bullying; outro afirma medo de seu filho se machucar na hora do recreio. Os pais das escolas particular e estadual dizem que as escolas estão preparadas para receber seus filhos, o pai da escola municipal diz que a escola deixa a desejar.

Todos concordam que seus filhos participem das aulas de Educação Física, pois trazem benefícios físicos e psicológicos e todos disseram que seus filhos tem um bom relacionamento com os demais AND.

O ACDEM é do sexo masculino, tem 12 anos, cursa o 7º ano do ensino fundamental II e possui deficiência física, porém não achou necessário descrevê-la no questionário, identificou o filme “X-Men” e a presença de um personagem deficiente, mas não especificou qual deficiência, relata nunca ter sofrido preconceito na escola, deseja ser técnico em manutenção de informática e afirmou: “Eu adoro as aulas de Educação Física [...] eu não conseguia fazer, agora estou fazendo” ACDEM. Sobre esse avanço do aluno, Ferreira e Rodrigues apud Oliveira [12:8] nos diz, “[...] O trabalho educativo e inclusivo com a criança deficiente dar-se desde a mais tenra idade fazendo com que carências orgânicas e afetivas possam ser minimizadas.”

O ACDEE é do sexo masculino, tem 16 anos, cursa o 9º ano e possui deficiência auditiva. Identificou os filmes “X-Men” e “O demolidor” e reconheceu a deficiência dos personagens, afirmou nunca ter sofrido preconceito. Não foi possível um aprofundamento no questionário do aluno surdo da escola estadual, pois o mesmo mal é alfabetizado e não possui conhecimento da Libras. As questões por ele respondidas foram com a ajuda dos colegas de sala dele que junto com o aluno surdo desenvolveram uma linguagem própria.

O ACDEP é do sexo masculino, tem 12 anos e cursa o 5º ano e é acometido de Paralisia Cerebral

(PC), identificou o filme “Procurando Nemo”, mas não descreveu a deficiência do personagem, diz que seus pais não tem medo de deixá-lo ir a escola e que nunca sofreu preconceito e acha importante participar das aulas de Educação Física.

Dos cinco ANDEM pesquisados, todos já haviam assistido pelo menos um dos filmes apresentados e todos destacaram a deficiência dos personagens, todos afirmaram tratar bem os ACD e acham que o mesmo pode exercer uma profissão, todos acham importante a participação dos colegas nas aulas de Educação Física e um menciona esportes paralímpicos.

Os cinco ANDEE afirmaram ter assistido todos os filmes, um assistiu apenas um dos filmes e um havia assistido três dos filmes, todos identificaram a deficiência dos personagens, todos dizem tratar bem seus colegas e todos acreditam que o ACD pode exercer uma profissão e acham importante a participação dos ACD nas aulas de Educação Física e a presença destes alunos nas escolas regulares.

Das quatro ANDEP pesquisadas todas assistiram o filme “Procurando Nemo”, três assistiram “X-Men”, três assistiram “O Corcunda de Notre Dame” e uma assistiu “O demolidor”, todas identificaram a deficiência de todos os personagens. As quatro afirmam tratar bem seu colega, acham que ele capaz de exercer uma profissão. Todas acham importante a presença de ACD em escolas regulares e na participação nas aulas de Educação Física e uma afirma: “Ele pode cantar hino, fazer apresentação e se for ficar muito tempo em pé colocam uma cadeira pra ele” ANDEP.

Dos catorze PAND participantes da pesquisa, apenas um não acha correto a presença de alunos com deficiência em escolas regulares, pois o mesmo acha que ACD devem estudar em escolas específicas. Treze dos pais afirmam que seus filhos tem bom relacionamento com os ACD, um afirma que seu filho não mantém contato com o ACD por medo de machucá-lo, todos dizem que a presença de um ACD não interfere negativamente no aprendizado de seus filhos. Treze acham importante a participação de ACD nas aulas de Educação Física e um levanta a hipótese de que os demais alunos não deixariam o ACD participar das aulas. A respeito de tais afirmações dos pais pesquisados, Artioli diz que “A escola, como instituição que reproduz a forma de pensar

a coletividade, repete no seu interior a forma de ver e tratar o diferente [...]” [13:6].

Conclusão

Desde os tempos mais remotos as pessoas com deficiência sempre foram uma preocupação na sociedade, sendo apresentada na contemporaneidade como inclusão.

Ao chegar ao fim da pesquisa constatamos um paradigma no que se refere à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Um fato seria ACD frequentarem escolas específicas que de certa forma preparariam esses indivíduos para o convívio social mesmo que com isso desviasse a intenção da inclusão escolar, visto que em escolas especializadas estudam apenas crianças com deficiências. O fato seria que pessoas com algum tipo de deficiência frequentando uma escola regular proporcionaria uma vivência direta com uma diversidade de alunos e experiências. Mas as escolas estariam preparadas para tal processo? De acordo com nossa pesquisa ainda estamos carentes de escolas que estejam adaptadas no aspecto físico como também no aspecto de preparação dos professores para que aconteça a inclusão escolar.

Estamos certos de que as leis que surgiram para a promoção da inclusão nas escolas foram e são de intenções louváveis, porém existem muitos detalhes por trás destas leis que acabam por dificultar o bom andamento das aulas. Podemos verificar isso no caso do PREE que está diante de um aluno com 16 anos que é semialfabetizado e ambos não possuem nenhum conhecimento a respeito da Libras, onde o professor faz os movimentos nas aulas para que o aluno possa reproduzi-los, tendo como consequência uma aula de reprodução de movimentos. Para complementar nossa preocupação com a falta de conhecimento da Libras por parte do professor e do aluno, queremos aqui reafirmar a importância de inserir esta língua como componente curricular nas escolas regulares juntamente com o inglês e espanhol, para que assim haja um conhecimento por parte de todo o alunado desta língua, o que possibilitaria a comunicação com o(s) colega(s) surdo(s). Tornar-se-ia, também, de grande importância que a Libras fosse inserida na grade curricular dos cursos de graduação e não apenas nos cursos de licenciatura como componente optativo, para

que os profissionais como um todo tivesse suporte de comunicação com pessoas surdas.

Queremos também ressaltar a importância do professor de Educação Física ministrar aulas, abordando esportes paralímpicos como, por exemplo, o futebol de cinco, vôlei sentado, golbol com suas turmas para que assim todos os alunos tivessem oportunidade de vivenciar e expandir seu conhecimento do esporte e da forma que as pessoas com deficiência o praticam. O que se torna extremamente necessário não é uma redefinição do que é educação inclusiva ou das nomenclaturas para definir alguém que é portador de deficiência, mas uma aplicação do que é essencial para concretizar uma educação condizente com o que é disseminado na mídia, para que assim possamos ter realmente uma educação inclusiva propriamente dita com uma cultura escolar que valorize o aluno e o professor.

Referências

1. Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Ministério da Educação;1996.
2. Brasil. Declaração da Salamanca. [citado 2012 Jan]. Disponível em URL: <http://www.mec.gov.br/Seesp/arquivos/pdf/salamanca>.
3. Betti M. Ensino de primeiro e segundo grau: educação física pra que? Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte 1992;13(2):282-7.
4. Ministério da Educação. O processo histórico de construção de um sistema educacional inclusivo no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; 2008.
5. Battist CM. Inclusão: história e legislação. São Paulo: Realize; 2007. p. 131-4.
6. Mazzota MJS. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez; 2005.
7. Cidade RE, Freitas PS. Educação Física e Inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola. Revista Integração 2002; Edição especial: 26-30.
8. Oliveira AAB. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez;1992.
9. Vigotski LS. Fundamentos de Defectologia. Obras Completas, tomo cinco. Havana: Pueblo y Educación; 1995.
10. Sant’Ana IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo 2005;10(2):227-34.
11. Freire JB. Educação como pratica corporal. São Paulo: Scipione; 2009.
12. Oliveira CB. Adolescência, inclusão de deficientes na educação física. Revista Digital EFDesportes 2005;10(82).